

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.525 - RS (2015/0312859-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : MARIA LISETE POTRICH**  
**ADVOGADOS : DECIO SCARAVAGLIONI - RS022910**  
**ISABEL CRISTINA TRAPP FERREIRA E OUTRO(S) - RS022998**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS.

Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional" (fl. 223e).

Opostos Embargos de Declaração, foram providos parcialmente, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO.

São pré-requisitos autorizadores dos embargos de declaração a omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada. Também a jurisprudência os admite para a correção de erro material e para fim de prequestionamento.

Os embargos declaratórios não se prestam para reexame da matéria sobre a qual houve pronunciamento do órgão julgador.

Não pode o colegiado ser compelido a enfrentar questões e diplomas legais que não julgue relevantes para a solução da lide, bem como não

# Superior Tribunal de Justiça

está obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pelas partes e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos.

Prequestionam-se artigos de lei na intenção de evitar não sejam conhecidos eventuais recursos a serem manejados nas instâncias superiores" (fl. 280e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além da negativa de prestação jurisdicional - art. 535, II, do CPC/73), violação aos arts. 103, **caput**, da Lei 8.213/91 e 6º da LICC. Sustenta, a parte recorrente, o seguinte:

"Trata-se de ação ordinária pela qual a parte autora (ora recorrida) pretende a revisão do parâmetro limitador aplicado no ato de concessão de seu benefício de aposentadoria a fim de que lhe sejam aplicados os novos tetos das Emendas Constitucionais nºs 20/1998 (art. 14) e 41/2003 (art. 5º), com efeitos financeiros dessa revisão a partir das datas de vigência destas Emendas.

O pedido foi julgado procedente.

O acórdão recorrido afastou a prejudicial de mérito levantada pelo INSS (Réu) de que a pretensão da parte autora teria sido extinta pela decadência prevista no art. 103 da Lei nº 8.213/1991 desde 28-6-1997. Note-se que o INSS interpôs recurso de embargos de declaração para ver aclarada a questão acerca da legislação aplicável à espécie, para fins de indicar que a revisão seria descabida, os quais restaram desacolhidos.

Corte Regional negou, assim, vigência ao disposto no art. 103, *caput* da Lei nº 8.213/91 e no art. 6º da LICC.

De outro norte, ao negar provimento aos embargos de declaração, deixando de abordar os dispositivos pertinentes, negou vigência ao art. 535 do Código de Processo Civil (CPC)" (fls. 287/288e).

Ao final, "uma vez demonstrada contrariedade à Lei Federal - art. 103 da Lei de Benefícios, art. 6º da LICC - o INSS requer seja o recurso conhecido e provido, a fim de que haja a reforma do acórdão regional para se reconhecer a decadência do direito ao pleito de revisão do benefício da parte autora. (...) Se assim não entender a C. Turma, o INSS requer a anulação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, por afronta ao artigo 535, do CPC, para que o Tribunal Regional profira outra, suprimindo a omissão sobre a matéria federal que embasa a tese do recorrente" (fl. 306e).

Foram apresentadas contrarrazões a fls. 407/410e.

O Recurso Especial foi admitido, pelo Tribunal de origem (fls. 476/477e).

Determinada a baixa dos autos ao Tribunal **a quo**, até o julgamento do Tema

# *Superior Tribunal de Justiça*

905/STJ, relativo ao Recurso Especial da parte contrária (fls. 489/490e).

Negado seguimento ao Recurso Especial da recorrida, a Presidência do TRF da 4ª Região, determinou a devolução dos autos a Esta Corte, para processamento do Recurso Especial sob exame (fl. 508e).

Sem razão a parte recorrente.

Destaco, inicialmente, que inexistiu a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Com efeito, em que pesem as razões do recorrente, verifica-se, do exame do acórdão recorrido, que o Tribunal não emitiu pronunciamento acerca do art. 516 do CPC. Tal dispositivo não foi objeto dos embargos de declaração acima mencionado, na origem, incidindo, assim, o óbice da Súmula 211 do STJ.

No mais, ressalta-se que o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido que não incide a decadência prevista no art. 103, **caput**, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes das emendas citadas, pois consubstanciam mera revisão das prestações supervenientes ao ato de concessão.

A propósito:

**"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ADEQUAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. NÃO INCIDÊNCIA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

**1. O STJ firmou o entendimento de que não incide o prazo decadencial previsto no artigo 103 da Lei 8.213/1991, aos**

**casos em se discute a aplicação dos tetos previstos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, pois trata-se de mera readequação das prestações supervenientes ao ato de concessão, além de consistir em mero aumento da prestação previdenciária e não em revisão de benefício. Precedentes.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.059.200/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

**"PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. APLICAÇÃO DOS TETOS DAS EC 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA. ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA.**

1. Trata-se de Recurso Especial questionando a aplicação dos tetos previstos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios concedidos anteriormente à vigência de tais normas.

2. O escopo do prazo decadencial da Lei 8.213/1991 é o ato de concessão do benefício previdenciário, que pode resultar em deferimento ou indeferimento da prestação previdenciária almejada, consoante se denota dos termos iniciais de contagem do prazo constantes no art. 103, *caput*, da Lei 8.213/1991.

3. Por ato de concessão deve-se entender toda manifestação exarada pela autarquia previdenciária sobre o pedido administrativo de benefício previdenciário e as circunstâncias fático-jurídicas envolvidas no ato, como as relativas aos requisitos e aos critérios de cálculo do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito.

4. **A pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão das prestações mensais pagas após a concessão do benefício para fazer incidir os novos tetos dos salários de benefício, e não do ato administrativo que analisou o pedido da prestação previdenciária.**

5. **Por conseguinte, não incide a decadência prevista no art. 103, caput, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes dos citados marcos legais, pois consubstanciam mera revisão das prestações mensais supervenientes ao ato de concessão.**

6. Da leitura do voto condutor do acórdão recorrido, vê-se que a solução da controvérsia, no sentido de conceder a revisão do benefício previdenciário da parte autora, observando os valores dos tetos

# *Superior Tribunal de Justiça*

estabelecidos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, foi dirimida pelo Tribunal de origem sob enfoque exclusivamente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência no sentido de que 'não cabe a esta Corte, em recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna' (STJ, AgRg no AREsp 470.765/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 31/03/2014).

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.656.894/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora